



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.
08/2022-PMDF, nos termos do Padrão n.
03/2002.

Processo SEI n. 00054-00067913/2020-79

CLÁUSULA PRIMEIRA - Das Partes

O DISTRITO FEDERAL, por meio de sua POLÍCIA MILITAR, representado por BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA, Coronel QOPM, na qualidade de Chefe do Departamento de Logística e Finanças, com fulcro no Decreto Federal n. 10.443/2020, no Regimento Interno aprovado pela Portaria PMDF n. 785/2012 e fundamentação nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA, doravante denominada contratada, CNPJ n. 00.714.403/0001-00, com sede no SHN, Quadra 02, Bloco H, Sobreloja, Hotel Metropolitan Flat, Brasília-DF, CEP: 70.702-905, Tel. (61) 3327-1142, (61) 3328-1390, e-mail: elo@eloconsultoria.com, flaviacardoso@eloconsultoria.com, representada por CARMEM CAMILO, CPF n. 053.923.224-68, RG n. 729.013, SSP/PE, na qualidade de Sócia administradora.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (Doc. SEI n. 50208967), da Proposta (Doc. SEI n. 77957669), da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (Doc. SEI n. 55537874), baseada no inciso II, art. 25, c/c o art. 26 e com as demais disposições da Lei Federal n. 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto

O Contrato tem por objeto a realização de curso de treinamento para **AUDITORIA EM SAÚDE, no formato EAD**, para integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal que desempenham função na área de acompanhamento e fiscalização dos serviços de Auditoria em Saúde contratados e prestados por Pessoa Jurídica de Direito Privado, no período e horário a ser combinado pela Contratante com a Contratada, em Brasília DF, com a Carga Horária: 40 (quarenta) horas/atividade; consoante especifica o Projeto Básico (Doc. SEI n. 50208967), a Proposta (Doc. SEI n. 77957669) e a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (Doc. SEI n. 55537874), que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA - Da Forma e Regime de Execução

4.1 - O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário; segundo o disposto nos Art. 6º e 10º da Lei Federal n. 8.666/1993.

4.2 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.2.1 - O curso de treinamento em Auditoria em Saúde para integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal terá obrigatoriamente o seguinte conteúdo programático:

4.2.1.1 - Conceituando a prática de Auditoria no atual cenário brasileiro: conceitos e práticas de auditoria preventiva; concorrente; e retrospectiva;

4.2.1.2 - Normas e técnicas de Auditoria aplicadas no ambiente hospitalar: Quais os itens que devem constar nos Relatórios de Auditoria Interna, visando o aprimoramento dos processos analisados, com base nos princípios da legalidade, economicidade processual e sustentabilidade orçamentário-financeira;

4.2.1.3 - Auditoria e os sistemas informação;

4.2.1.4 - Limites da Auditoria e aplicabilidade ética no mercado de saúde: Limite de atuação do auditor interno durante a inspeção hospitalar;

4.2.1.5 - Função da Auditoria no gerenciamento dos contratos com Sistema de Saúde Privado: Controle interno e Gerenciamento de risco;

4.2.1.5 - Atores da Auditoria: qual papel do médico e do enfermeiro na análise e gestão dos prontuários: Enfoque nos princípios da segregação de funções; independência técnico/funcional; relação custo-benefício; qualificação adequada; e aderência a diretrizes e normas relativas à auditoria interna;

4.2.1.6 - Fluxo de comunicação e gerenciamento para melhor análise de notas fiscais, faturas e contas médicas: Modelo de Lista de Verificação (*Check List*) para otimizar as atividades da auditoria interna;

4.2.1.7 - Glosas: as mensagens de rejeição que dizem muito sobre a instituição: Cases de auditoria interna, que foram identificados cobrança de valores exorbitantes nas contas médicas; identificação pela auditoria interna de vícios, irregularidades e/ou inconformidades nas despesas médico/hospitalares; cobrança e/ou utilização indevida de OPMEs em desacordo com os termos contratuais;

4.2.1.8 - Contratos: o consolidado de taxas, diárias e tabelas (CBHPM, SIMPRO e BRASINDICE): Limites de cobertura de assistência médico-hospitalar e odontológica usualmente praticada no mercado hospitalar.

CLÁUSULA QUINTA - Do Valor

O valor total do contrato é de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), conforme quadro abaixo, procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício.

Item	Qtde.	Objeto	Valor unitário	Valor total
01	10	Curso de Treinamento "Curso IN-COMPANY DE AUDITORIA EM SAÚDE", no formato EAD a ser ministrado pela ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA, CNPJ: 00.714.403/0001-00 para integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal que desempenham função na área de acompanhamento e fiscalização dos serviços de auditoria em saúde contratados e prestados por pessoa Jurídica de direito privado.	R\$ 2.808,00	R\$ 28.080,00
02	0	CORTESIA	-	
03	10	DESCONTO	-	R\$ 1080,00

Total	R\$ 27.000,00
--------------	--------------------------

CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária

6.1 – Parte da despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Gestora/Orçamentária: 220103/24103;

II – Programa de Trabalho: 06181821785170175;

III - Natureza da Despesa: 33.90.39;

IV - Fonte de Recurso: 100000000;

6.2 - O empenho totaliza R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), conforme Nota de Empenho 2022NE00103, emitida em 10/03/2022, sob o evento n. 40.0.091, na modalidade Ordinário.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Pagamento

7.1 - Para efeito de pagamento, a PMDF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal n. 8.302/2014).

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei Federal n. 8.036/1990).

c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei Federal n. 12.440/2011).

e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7.2 - Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.3. O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, de forma integral, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo executor do contrato.

7.3.1 - Os valores referente à prestação de serviços deverão ser creditados em qualquer das contas a baixo:

7.3.1.1 - Banco do Brasil Agência: 0452-9, Conta Corrente: 201.064-X;

7.3.1.2 - BRB (Banco de Brasília) Agência: 0209, Conta Corrente: 600.202-2;

7.3.1.3 - Bradesco Agência: 01526-1, Conta Corrente: 30300-3.

7.3.2 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA/IBGE.

7.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.5 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A –BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto Distrital n. 32.767/2011, publicado no DODF n. 35, pág. 3, de 18/02/2011.

7.5.1 - Ficam excluídas desta regra:

a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

c) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

7.6 - Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstas na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, alterada pela IN n. 1.244/2012.

7.7 - A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –SIMPLES.

7.8 - Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data de sua apresentação.

7.9 - Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de dois dias úteis.

7.10 - Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência

O Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de assinatura do Chefe do Departamento de Logística e Finanças.

CLÁUSULA NONA - Das Garantias

Fica a Contratada dispensada de apresentar a garantia para execução contratual, prevista no art. 56 da Lei Federal n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Responsabilidade do Distrito Federal

10.1 – A CONTRATANTE se obriga a:

10.1.1 - Concordar com o local onde deverá ser prestado o serviço.

10.1.2 - Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3 - Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária e Financeira.

10.2 - DOS PARTICIPANTES.

10.2.1 - Obter a frequência estabelecida para o evento.

10.2.2 - Apresentar justificativa, por escrito, ao Executor do Contrato, no caso de desistência antes do início ou durante o curso.

10.2.3 - Os indicados para frequentar o “Curso IN-COMPANY DE AUDITORIA EM SAÚDE”, ao final do respectivo curso poderá ministrar aulas expositivas aos integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal, em datas e locais a serem definidas pelo Chefe do DSAP ou a quem este delegar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 - A CONTRATADA se obriga a:

11.1.1 - Dar início aos trabalhos a partir do recebimento da nota de empenho, em atenção ao fiel cumprimento do conteúdo programático (item 5) do presente Projeto Básico.

11.1.2 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, no todo ou em parte, os direitos e obrigações assumidas.

11.1.3 - Observar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária.

11.1.4 - Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause à administração, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução dos serviços, objeto deste contrato, não cabendo à administração, em hipótese alguma a responsabilidade por danos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

11.1.5 - Observar finalmente, as normas distritais que instituem vedações de contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65, da Lei Federal n. 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, quando prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Penalidades

13.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Edital, bem como pela inexecução total ou parcial do contrato, serão aplicadas as penalidades estabelecidas do Decreto Distrital n. 26.851/2006 e alterações posteriores, que regulamentou a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais n. 8.666/1993 e 10.520/2002.

13.1.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital e nos instrumentos dele decorrentes, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87, 88 da Lei Federal n. 8.666/1993 e do artigo 7º da Lei Federal n. 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das empresas públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Rescisão Amigável

A dissolução do contrato poderá ser feita de comum acordo, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e deve ser precedida de autorização escrita da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, observado o

disposto no art. 78, da Lei Federal n. 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Executor

O Distrito Federal, por meio de sua Polícia Militar, designará um Executor para o presente Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Polícia Militar do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Do Foro

Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo Distrito Federal

BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA - CEL QOPM

Chefe do Departamento de Logística e Finanças

Pela Contratada

CARMEM CAMILO

Sócia administradora



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Camilo, Usuário Externo**, em 11/03/2022, às 10:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA - CEL QOPM, matr. 0050345-2, Chefe do Departamento de Logística e Finanças**, em 14/03/2022, às 15:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **81805818** código CRC= **5E99A830**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO AE 04 - ANEXO DO QCG - Bairro Asa Sul - CEP 70610-212 - DF

31905609

00054-00067913/2020-79

Doc. SEI/GDF 81805818